

CONSELHO REGIONAL EUROPA DO CCP

Sétima reunião ordinária

15.03.15.2023 – 17.03.2023

Lisboa (Ministério dos Negócios Estrangeiros)



Ata da sétima reunião ordinária do Conselho Regional das Comunidades Portuguesas na Europa (CRCPE), realizada nos dias 15, 16 e 17 de março de 2023, Sala dos Concursos, Sala do Protocolo e na Sala do Trono nas instalações do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Palácio das Necessidades, Largo do Rilvas, Lisboa.

A sétima reunião, incluindo a Ordem de Trabalhos, foi convocada pelo Secretariado do CRCPE: Presidente Conselheiro Pedro Rupio (Bélgica) e Secretário Conselheiro Amadeu Batel (Suécia).

Para além dos membros de Secretariado estiveram presente os seguintes Conselheiro(a)s das Comunidades eleito(a)s pela Europa : Alfredo Stoffel, Maria do Céu Campos, José Loureiro, Manuel Machado (Alemanha) ; Raúl Lopes, Manuel Cardia de Lima, João Veloso, Luísa Semedo, Valdemar Félix e Paulo Marques (França); João Verdades Santos, Rogério Oliveira (Luxemburgo), Sérgio Tavares, António Cunha (Reino Unido), Domingos Pereira, Maria Belo Galvão e Manuel Figueira (Suíça).

1º Dia - Quarta-feira, 15 de março

15H00 Sessão de abertura e Reunião com o SECP, Dr. Paulo Cafôfo

O presidente Pedro Rupio abriu a sessão dando as boas-vindas a tod(o)as o(a)s presentes, agradecendo a disponibilidade manifestada em participar nos trabalhos do CRCPE, em particular do Dr. Paulo Cafôfo na véspera da sua visita às Comunidades Portuguesas na Austrália. Em seguida, o SECP, no quadro dos objetivos do MNE para a nossa diáspora em manter uma cultura de relação com o CCP, destacou o facto de privilegiar o diálogo com este órgão para se conseguir de forma eficaz, resolver os problemas que necessitam da atenção das nossas comunidades. Importante, pois, repor a normalidade nessa relação, por isso, temos visitado as portuguesas e os portugueses em vários países, recebendo-vos hoje aqui no nosso país. Um medida central na reposição da normalidade é a convocação de eleições ainda no corrente ano para o Conselho das Comunidades Portuguesas.

Pedro Rupio passa a elencar alguns dos temas a serem versados durante a reunião e a colocar ao SECP: a **rede consular** numa altura em que nos foi comunicada a intenção por parte do Sindicato dos Trabalhadores Consulares, das Missões Diplomáticas e dos Serviços centrais do MNE de organizar uma manifestação e uma greve em prol de melhores condições de trabalho para os funcionários consulares; a **renovação do Cartão de Cidadão on-line** por cidadãos portugueses no estrangeiro: os dados revelados mostram que no período decorrido entre 1 de janeiro de 2020 e outubro de 2022 no total de 35.370 pedidos, 32.285 são na Europa e apenas 3.085 fora da Europa; a importância do **teste- piloto** voto eletrónico não presencial para as eleições no CCP; as reuniões com as direções e Grupos parlamentares sobre a revisão da Lei do CCP , incluindo um debate interno sobre os posicionamentos do CRCPE a apresentar ao Conselho Permanente sobre consultas obrigatórias, autonomia do CCP, Gabinete de Apoio, e

afetação de recursos que assegurem a autonomia; o recenseamento automático a espelhar de forma equilibrada e proporcional a representatividade Europa face, aos países Fora da Europa; a continuidade do atual modelo de Comissões Temáticas na lógica de organização do CCP face à sobreposição de poderes; O EPE, a continuidade da propina, o facto de o número de alunos não constar do Relatório de Emigração 2022; o projeto de Resolução do PS de 30 de novembro de 2022 e a manutenção de uma política educativa centrada na aprendizagem do PLE; o Plano Estratégico para as comunidades portuguesas encomendado ao Observatório da Emigração e ISCTE; a opção pelo voto presencial nos atos eleitorais em detrimento do voto postal, e os sérios riscos de um regresso do absentismo a níveis verificados anteriormente (98-99%).

Em resposta o Dr. Paulo Cafôfo mostra-se confiante face ao diálogo a manter com os Sindicatos durante as negociações, manifestando a sua compreensão e as motivações dos Sindicatos e aguardando, com algum otimismo, os resultados dessas negociações. A greve preocupa-me, não serve a ninguém e tudo faremos para a travar! As eleições para o CCP devem ser agendadas após a alteração da Lei. Aguardemos o processo decorrente na especialidade para avançar com um calendário a condizer, na generalidade, com a aceitação de todas as partes. O universo eleitoral deve ser emendado no quadro da responsabilidade do governo e a portaria não deve constar da Lei. Deve-se observar uma reflexão sobre as candidaturas ao CCP com candidaturas com ideias e empenhadas em servir as comunidades. Sobre o voto eletrónico não presencial afirma não ter qualquer objecção, mas a vontade expressa de aprender com os outros. Recorda que Portugal se encontra na linha da frente no que respeita à digitalização de dados. O SECP declara ser inconcebível o Camões ILC não ter fornecido os dados relativos ao número total de alunos na rede do EPE (38.575) para que constassem no Relatório da Emigração. Informa ainda que a Rede apoiada com EUA e Austrália engloba 72.726 alunos. Realça a importância do investimento na digitalização do ensino da LP (E-línguas) com a distribuição de 14.700 tablets. Informa também que existem 2.420.152 cidadãos portugueses com morada estrangeira no cartão de cidadão dos quais 1.565.693 residem na Europa.

Quanto ao Plano Estratégico sobreleva o facto de estar a ser realizado com o objetivo de entrar em consulta pública e entregue ao CCP para consulta prévia, num prazo de três meses. Esta será uma reflexão a fazer pela Universidade sobre as políticas para as diásporas de outros países. Pretende ser um documento orientador ao dispor dos governos para uma melhor ligação às comunidades. Salienta que a diáspora não é um assunto exclusivo de quem está lá fora, mas sim UM ASSUNTO de TODOS NÓS. Será o momento de todos dizerem o que pensam!

Conclui dizendo que não se quer comprometer com uma data fixa para a apresentação do Plano Estratégico mas considera-o “uma urgência, mais do que uma necessidade”!

Amadeu Batel, questiona o SECP sobre o que entende por reposição da normalidade, no sentido lato, quando se trata de normalizar uma relação assente no cumprimento dos grandes desígnios dos Governos do PS desde 2016 ínsitos no Programa “Continuar Portugal nas Comunidades” a : i) uma visão estratégica partilhada para a valorização das Comunidades Portuguesas ii) o papel das Comunidades não pode ser encarado como uma questão subalterna na governação de Portugal iii) uma atitude de reconhecimento dos portugueses no estrangeiro e não uma atitude paternalista iv) uma rutura com as políticas do passado?

Que pensa o SECP sobre as políticas dirigidas às comunidades e das práticas políticas inconsistentes com esses desígnios nos programas denominados de “Ligações às Comunidades (2023, p.ex) e nas Grandes Opções do Plano (2022-2026) ? - Será a normalidade o insistir na falta de diálogo com o CCP?, de uma ausência de cultura de escrutínio nunca consultando um órgão que se define como consultivo?; de olhar para as comunidades numa lógica do exterior?;

de anuir a 90% com as propostas e recomendações do CCP sobre a Lei do CCP e no seu projeto de Lei omiti-las em absoluto?

Concordamos com o Dr. Paulo Cafôfo quando afirma, que o Plano Estratégico é uma necessidade e uma urgência. No entanto, observamos algumas sérias reservas sobre se, de facto, esse documento orientador das políticas para as comunidades sirva para romper com a atual normalidade, visto o senhor secretário de Estado ser de opinião que as políticas até hoje desenvolvidas para a nossa diáspora, terem sido as acertadas.

No seguimento da reunião o SECP foi interpelado por alguns conselheiros sobre questões específicas : Alfredo Stoffel manifestou-se contra a manutenção das propinas e informou que as tablets serão distribuídas por alunos com o pagamento da propina efetivado; João Verdades considera importante o conseguimento de um pré-acordo com os Sindicatos para impedir a consolidação do conflito; Rogério de Oliveira considera estranho estarmos na frente no desenvolvimento das tecnologias de informação e não termos ainda resolvido problemas atinentes ao novo modelo de gestão consular; Valdemar Félix declara-se preocupado com a falta de professores no ensino primário em França e com a situação no pós-COVID do movimento associativo; Sérgio Tavares interroga-se sobre a data das eleições do CCP e propõe uma filosofia diferente no sistema a introduzir para a marcação desse ato eleitoral; António Cunha manifesta o seu contentamento pela melhoria e excelência do funcionamento do Consulado de Londres; Domingos Pereira defende a necessidade do teste piloto do voto eletrónico para nos certificarmos da sua ou não validade, e interroga-se sobre o facto de o CCP não ter sido previamente informado sobre o Plano Estratégico.

O SECP em resposta declara-se preocupado com a situação do movimento associativo, informa do grande esforço e investimento nos serviços consulares, referindo-se à contratação de 113 funcionários sem a autorização das Finanças. Mantém plena confiança no ensino de português adentre a atual Estratégia Global e salienta o seu otimismo sobre o Plano Estratégico como sendo uma oportunidade única do país discutir a sua diáspora, aquando da consulta pública.

18H00 Encerramento dos trabalhos do primeiro dia

2º Dia - Quinta-feira, 16 de março

09H30 Reunião com a direção e a deputada única do partido PAN (Pessoas, Animais e Natureza, Inês Sousa Real. Participu também Laura Falcão.

Pedro Rupio (PR) agradece à deputada e, muito em particular, o apoio do PAN em posições de apoio ao CCP, como por exemplo, na eliminação da propina, nas políticas de língua e educativas para os lusodescendentes bem como na expansão da rede do EPE. Além disso, o PAN segue muitas das propostas e recomendações das Resoluções do CCP no seu projeto Lei apresentado na AR.

PR critica várias das propostas do PS inconsistentes com o cumprimento de objetivos capazes de valorizar o papel do CCP enquanto órgão consultivo do Governo e, sobretudo com o facto de ter sido lançada a ideia da regra da presencialidade passar a preponderar em todos os atos eleitorais com a consequente abstenção elevada dos portugueses no estrangeiro. A deputada Inês Sousa Real declarou a disponibilidade do PAN para atender as propostas do CCP na discussão na especialidade da futura Lei do CCP. Mostrou algumas reservas sobre a adoção do voto eletrónico, recetividade ao debate sobre a representação parlamentar sem redução de número de deputados na AR e à prevalência do voto postal.

João Verdades e Sérgio Tavares interpelaram a deputada sobre problemas ligados à Lei do CCP e à implementação de regras claras quanto à descentralização de mesas de voto e os obstáculos levantados à sua criação. Além disso, questiona-se se a opção pelo voto postal será em regime fechado ou aberto e as dificuldades a enfrentar pelos cidadãos eleitores caso a que a primeira dessas opções for a aprovada.

10Hh30 Reunião com a direção e Grupo Parlamentar do Partido Socialista,

Deputada Jamila Madeira, Vice-presidente do grupo Parlamentar do PS e secretária para as Relações Internacionais, deputado Paulo Pisco, deputada Nathalie de Oliveira e adjunto do Grupo parlamentar do PS.

O presidente do CRCPE saúda a representação do PS agradecendo a disponibilidade em estar presente na reunião. Em seguida e, em síntese, critica a proposta de projeto lei do PS para a Revisão da Lei do CCP, visto esta não cumprir com as promessas dadas ao CCP, no concernente a matérias consideradas estruturantes para a sua valorização e legitimação, nomeadamente as consultas obrigatórias, a criação de um Gabinete/Serviços de Apoio próprios para a sua autonomia com a afetação de recursos financeiros adequados, através do orçamento de Estado. Mostrou-se ainda desagradado por o governo PS manter o pagamento da propina no EPE, estando só nesta posição. Declara-se ainda perplexo pelas posições tomadas pelo PS aquando da apresentação do seu Projeto de Resolução de 30 de novembro de 2022 sobre o EPE onde se reforça a adoção de políticas linguística e educativas conducentes à perda da língua materna pelas crianças e jovens luso-descendentes logo na segunda geração, afirmando que estas políticas são as que melhor se colam com a realidade e as boas práticas educativas na atualidade. Pedro Rupio considera de extrema gravidade o PS considerar de práticas xenófobas todos os peticionários de "Português para Todos" e os conselheiros por defenderem o ensino do Português como língua materna/língua primeira para os lusodescendentes à luz do consignado constitucionalmente.

Jamila Madeira diz-se propugnar por programas políticos assentes numa estratégia feita de pequenos passos que possam salvaguardar a coesão entre as comunidades. Importante saber manter esta coesão com políticas acertadas no espaço e no tempo. "Não se pode entregar a chave de casa sem se saber a quem". Dito isto, referiu-se à importância internacional da língua portuguesa no mundo e do seu valor económico.

Paulo Pisco ensaia algumas notas explicativas sobre o CCP enquanto órgão consultivo do Governo, salientando que o CCP tem sido ouvido ao contrário do que, com frequência, se afirma. O CCP tem feito o seu caminho ao longo dos anos granjeando prestígio e credibilidade sustentando a sua ação na sua natureza consultiva. Por isso, desaprova o facto de o CCP apoiar petições ou redigir manifestos como o fez, recentemente, a respeito do Projeto de Resolução do PS sobre o EPE. A este propósito manifestou o seu total apoio ao documento no quadro da estratégia global para a internacionalização da língua portuguesa e da nossa política externa, aconselhando o CCP a respeitar as posições políticas do PS e do Governo.

Quanto ao Projeto Lei do PS realça que o documento contempla um conjunto de propostas valorizadoras do CCP e que reforçam o seu papel sem exageros e excessos, dando-lhe capacidade autónoma, credibilidade e solidez.

Nathalie Oliveira sobrealça o papel relevante do CCP enquanto órgão de consulta do Governo na defesa de um projeto comum que aproxima os portugueses dentro e fora de Portugal. Considera imprescindível neste contexto a importância das políticas de língua e ensino para as crianças e jovens lusodescendentes.

Amadeu Batel intervém, em seguida, para contraditar as opiniões veiculadas pelo deputado Paulo Pisco sobre a natureza do CCP, o Projeto PS sobre a Lei do CCP e a Resolução do PS sobre o EPE. Nos dois primeiros casos, o deputado produz o mesmo discurso do PS e dos seus Governos ao insistir numa cultura de relação paternalista, de subalternidade na governação e de discriminação estrutural do CCP enquanto órgão consultivo e dos portugueses em contexto diaspórico. O deputado patenteia um profundo desconhecimento das linhas de ação programática dos Governos, das Grandes Opções do Plano desde 2016-17: das Estratégias e objetivos do Programa “Continuar Portugal nas Comunidades”. No entanto, sabe que o CCP quase nunca foi consultado ao arrepio do que afirma, e sabe que o CCP pode emitir pareceres e pronunciar-se em matérias atinentes às comunidades, não estando impedido de apoiar petições e/ou redigir manifestos. O deputado sabe, ao contrário do que afirma, que o projeto-lei do PS não contempla as propostas e recomendações do CCP.

Por fim, e não existindo em Portugal um qualquer documento orientador sobre as políticas linguísticas, o deputado PP ousa redigir um Projeto de Resolução sobre o EPE, sem qualquer validade científica, colado à visão de uma realidade por si construída sobre políticas linguísticas e educativas para as crianças e jovens lusodescendentes, eivada de posicionamentos de racismo linguístico.

Amadeu Batel conclui dirigindo-se à Vice-presidente do GP, deputada Jamila Madeira, questionando-a sobre as metáforas por si introdutoriamente enunciadas : 1) Quando serão dados os primeiros pequenos passos nas políticas para as comunidades? 2) Quando será possível ao Governo entregar a chave de casa às portuguesas e aos portugueses no estrangeiro?

Alguns conselheiros interpelaram os deputados do PS: Alfredo Stoffel denota uma enorme oposição à proposta de Lei do CCP do PS, classificando-a como sendo um atentado à sua inteligência; Sérgio Tavares também manifesta a sua profunda desilusão sobre a proposta, havendo também uma evidente falta de vontade política para o teste piloto de voto eletrónico. Declarou-se ainda surpreendido pelo facto de o deputado Paulo Pisco não saber distinguir as funções governativas com as de deputado pelo PS. Manuel Figueira, Manuel Machado manifestaram o seu descontentamento pelo atraso verificado com a apresentação tardia dos projetos lei e, em particular, com o projeto do PS; João Verdades evidenciou o direito de contraditório que nos assiste enquanto cidadãos consignados na Constituição sobre as liberdades e garantias.

A deputada Jamila Madeira diz ser possível fazermos um caminho em conjunto, com passos seguros no sentido de valorizar os portugueses no estrangeiro e as comunidades portuguesas. Importante significar que a segunda figura do Estado ser um eleito pelas comunidades e que, esta é uma oportunidade histórica indiciadora de uma mensagem de respeito e de abertura para um melhor relacionamento entre todos os portugueses dentro e fora do país.

14H00 Reunião com a direção e o Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata

Deputados Maló de Abreu, Tiago de Sá, Coordenador do PSD na Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, deputada Olga Silvestre, Vice-presidente Grupo Parlamentar do PSD, Fernando Corvelo e José Cesário, responsável pela Coordenação do PSD para as Comunidades Portuguesas.

Pedro Rupio reafirma não se rever na proposta do PS, considerando positiva a proposta do PSD no referente à Lei do CCP, visto nela se observarem algumas das propostas e recomendações sobre matérias reputadas de essenciais para a valorização, legitimidade e autonomia do CCP, como por exemplo, as consultas obrigatórias, o Gabinete de Apoio e um orçamento adequado à efetivação dessa autonomia.

Além disso, O PSD apoia também o voto eletrónico não presencial, tendo também alargado as possibilidades de votação dos cidadãos portugueses no estrangeiro, nomeadamente o voto por correspondência até agora só permitido para as legislativas.

A este propósito, o presidente do CRCPE alertou para o facto de o atual Ministro da Administração Interna, José Luís Carneiro, em carta recentemente divulgada, ter defendido a regra da presencialidade para todos os atos eleitorais, o que a ocorrer irá em sentido contrário à ambição de motivar uma maior número eleitores no estrangeiro a participar na vida política nacional, ao mesmo tempo, combater os altos níveis de abstenção.

José Cesário salienta a importância, apesar de existência de convergências e divergências, no sentido de se encontrarem novas formas de relacionamento. Importa, sobretudo, encarar as comunidades dentro de um novo paradigma e reconhecer a importância de um debate aberto em matérias centrais.

Sinaliza a vontade do PSD de na próxima revisão constitucional apresentar um conjunto de propostas para facilitar a participação cívica e política dos portugueses não residentes em atos eleitorais e referendos.

Afirma, outrossim, de forma veemente, que tudo fará para travar inversão do voto presencial, voto postal questão que considera bastante séria.

Os deputados Rosa Silvestre e Tiago de Sá reiteraram a disponibilidade da abertura total do PSD em zelar pelos interesses das comunidades.

O deputado Maló de Abreu informa que irá presidir ao GT na 2.ª Comissão que irá discutir na especialidade a revisão da Lei do CCP. Evidenciou a total abertura para o diálogo, não havendo à partida posições fechadas querendo balizar-se um entendimento que traga paz e sossego ao CCP. Neste particular, será necessário convencer os deputados do PS da sua bondade”!

Por motivos de a representação do PSD ter de regressar à AR, para participar no Plenário a reunião foi interrompida antes das 15h00.

15H15 Reunião interna do CRCPE: Revisão da Lei e eleições do CCP

O Conselho Permanente do CCP convocou todos os Conselhos Regionais para elaborar um parecer circunstanciado sobre as propostas apresentadas pelos partidos políticos e posteriormente votadas na generalidade na AR em Plenário da AR. Este parecer devia ter em atenção as propostas e recomendações legislativas aprovadas nas Resoluções 01/2019 e 02/2022 do CCP.

Entraram na Mesa Diretora dois pareceres : um da Secção Local da Suíça (Domingos Pereira, anexo 1) e um outro da Secção Local da Suécia/Países Nórdicos (Amadeu Batel, anexo 2)

Após debate interno, o CRCPE deliberou aprovar na generalidade os dois pareceres e remete-los ao Conselho Permanente para posterior análise e aprovação de Resolução com o parecer do CCP, para envio à 2.ª Comissão Parlamentar como contributo para a discussão na especialidade da Revisão da Lei do CCP.

Importa salientar que no caso das Comissões Temáticas (CMT) não houve um consenso preliminar.

A este respeito, Sérgio Tavares propugnava a preservação do atual modelo de organização tendo em vista o perigo de se extinguirem as CMT na próxima revisão da Lei. Realçou ainda que a avaliação negativa que se possa fazer do atual modelo de funcionamento, deve-se em parte à

falta de coordenação por parte do Conselho Permanente visto a presidência e coordenação das CMT ser da responsabilidades do presidente do CP do CCP.

Amadeu Batel defendia a extinção do atual modelo visto uma qualquer avaliação séria e rigorosa ao desempenho das CMT terá de concluir, na generalidade, na sua total inoperância face aos seus objetivos "Por isso, considera importante a manutenção das CMT dentro da responsabilidade do Conselho Permanente ou Conselhos Regionais. Estes órgãos podem criar comissões permanentes ou provisórias a partir de Planos de Ação, havendo ainda a possibilidade de recorrer a assessorias do Gabinete de Apoio e a especialistas, caso se trate de elaborar estudos e pareceres setoriais.

Veto presidencial

O Conselho Regional das Comunidades Portuguesas na Europa (CRCPE) deliberou propor ao Conselho Permanente do CCP que este órgão de consulta recomende ao Presidente da República o seguinte:

Vetar qualquer iniciativa parlamentar que vá no sentido de acabar com a primazia do voto por correspondência em eleições nacionais, mais precisamente nos círculos da Emigração.

Esta nossa iniciativa decorre, por se ir brevemente proceder a uma revisão do sistema eleitoral.

Neste momento o voto por correspondência é a forma preferencial de votação na Diáspora para as eleições legislativas sendo o voto presencial outra opção se o eleitor assim o desejar. Nas últimas eleições (antes da repetição dos votos no círculo da Europa) a participação eleitoral superou os 250 mil votantes no estrangeiro com o formato atualmente vigente.

Já nas eleições europeias e presidenciais, o único método de participação eleitoral é o voto presencial. Consequentemente, a participação na Diáspora limita-se ao mínimo devido à necessidade de deslocações aos postos consulares, que nem sempre estão próximos das residências dos eleitores. Nas últimas eleições presidenciais votaram 29.152 portugueses no estrangeiro, o que equivale a 0,68% do total dos votos nessas eleições.

16H30 Reunião com a direção e Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português

Rui Braga do secretariado do Comité Central do PCP e Bruno Dias, deputado à Assembleia da República.

Pedro Rupio saúda a presença da representação do PCP na reunião, agradecendo muitas das posições assumidas pelo partido a propostas apresentadas pelo CCP, nomeadamente, às referentes ao Ensino de Português no Estrangeiro (extinção da propina, gratuidade de manuais, o ensino da língua materna) e à valorização, legitimidade e autonomia do órgão representativo dos portugueses na diáspora. Destacou preocupações no concernente à revisão da Lei do CCP e o projeto do PS não objetivar nada de substantivamente capaz de alterar a sua organização e funcionamento. Rejeitam-se as consultas obrigatórias, a criação de Serviços de Apoio, um financiamento adequado à autonomia para cumprir as suas competências e atribuições; o teste piloto de voto eletrónico num país. O presidente do CRCPE manifesta uma grande apreensão sobre o próximo processo de revisão eleitoral onde se pretende optar pela regra da presencialidade nos vários atos eleitorais. Esta opção em detrimento do alargamento do voto por correspondência irá consolidar os altos índices de abstenção, recomenda um diálogo aberto com os partidos políticos no sentido se se encontrarem soluções alternativas robustas e sem preconceitos que melhor sirvam os direitos democráticos dos portugueses no estrangeiro.

Rui Braga evidência o papel preponderante do PCP, ao longo dos anos na defesa dos direitos do portugueses no estrangeiro à luz do articulado constitucional, e na valorização e dignificação do CCP enquanto órgão representativo das comunidades. Isto apesar de nunca ter eleito um qualquer deputado pelos círculos da Emigração. R eforça a ideia de que o Estado devia olhar as comunidades com um outro olhar e não criar sistematicamente obstáculos à alocação de meios adequados à organização e funcionamento do CCP.

A este respeito, o PCP encontra-se aberto para participar no processo de revisão da Lei no sentido de a melhorar e aperfeiçoar.

O PCP tem enormes reservas ao teste de voto eletrónico. Aponta, como exemplo, o teste realizado em Évora e as conclusões do Relatório apresentado onde se infere que o teste não correu bem. Idênticas reservas manifestou em relação ao alargamento do voto postal.

Bruno Dias reitera o apoio à autonomia do CCP para melhorar a sua capacidade de resposta às suas competências e atribuições. Considera importante dignificar este órgão de consulta evitando a sua instrumentalização pelo governo. Opina que o processo de apreciação a decorrer na 2.ª Comissão Parlamentar deve objetivar o enriquecimento da Lei. Acha que este processo estará concluído antes de agosto.

Rui Braga e Bruno Dias afirmaram que o PCP não tem uma visão dogmática de questões aqui afloradas sobre as modalidades voto (voto por correspondência nas presidenciais e europeias e o voto eletrónico remoto). Atuaremos ativamente no processo que irá decorrer na Assembleia da República, sem preconceitos e total abertura em busca de soluções que melhorem a representatividade e participação política nos atos eleitorais.

18H00 Encerramento dos trabalhos do segundo dia

3º Dia - Sexta-feira, 17 de março

09H30 Reunião com a direção e Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda

Isabel Pires, deputada à Assembleia da República

Pedro Rupio saúda a presença da deputada e agradece o apoio do seu partido a questões ligadas ao EPE e à extinção da taxa efetiva (propina). Aborda, em seguida, o tema relacionado com o processo iniciado sobre a Revisão da Lei do CCP e as propostas e recomendações consideradas estruturantes para a valorização, organização e funcionamento do CCP, mormente as consultas obrigatórias, Gabinete de Apoio, afetação de recursos adequados à sua autonomia e legitimidade institucional.

Além disso, exprime as suas críticas à proposta do PS por omitir todas as propostas acordadas com o CCP acima citadas, incluído o teste piloto de voto eletrónico num país para as eleições do CCP. Declara, também preocupações sobre a proposta que inverte a opção do voto postal pelo voto presencial (regra da presencialidade em todos os atos eleitorais). A este respeito evocou posições antes assumidas de forma assertiva por Marisa Matias sobre o voto eletrónico e voto postal.

Em resposta, a deputada reassegura o alinhamento do Bloco de Esquerda em questões ligadas ao ensino da língua e cultura portuguesas aos lusodescendentes. Diz-se disponível para o aprofundamento das propostas a discutir na especialidade aquando da revisão da Lei do CCP. Expressa algumas reservas e cautelas sobre a questão do voto eletrónico e do voto postal. No

entanto, declara que através do aprofundamento do debate sobre estas matérias, será possível ultrapassar muitas dúvidas e obstáculos hoje existentes. Valdemar Félix interpelara a deputada antes sobre o facto de “sem se testar o voto eletrónico, não se poderá saber se esta ferramenta é ou não útil”. Alfredo Stoffel interrogara também Isabel Pires sobre o medo sempre revelado pela esquerda sobre o voto eletrónico.

Nota final: esta reunião não foi iniciada à hora marcada e, por isso, a deputada teve de se ausentar para a Assembleia da República, não se cumprindo o horário

11H00 Reunião com a a assessoria da Presidência da República Portuguesa

Maria João Ruela (MJR) assessora do Presidente da República (PR) para os Assuntos Sociais e Comunidades Portuguesas e Cláudia Ribeiro assessora do PR para assuntos parlamentares.

MJR inicia os trabalhos transmitindo uma saudação do Presidente da República aos conselheiros da Europa, lamentando não poder estar presente devido a ter de se deslocar à Madeira.

Pedro Rupio enumera alguns dos temas pertinentes na agenda do CRCPE, como por exemplo, a revisão da Lei do CCP, o EPE e a participação cívica e política.

Sobre esta temática mostrou a preocupação de todo o coletivo do CCP sobre a proposta apresentada pelo Ministro da Administração Interna, José Luís Carneiro, priorizando a regra da presencialidade em todos os atos eleitorais aquando da próxima revisão da Lei eleitoral, a iniciar-se na AR durante o corrente ano. A primazia pelo voto presencial, passando o voto por correspondência a ser opcional conduzirá ao aumento da abstenção, subtraindo direitos de participação cívica aos portugueses na diáspora.

O presidente do CRCPE irá propor ao Conselho Permanente do CCP que recomende ao Presidente da República vetar qualquer iniciativa parlamentar que vá no sentido de acabar com a primazia do voto por correspondência em eleições nacionais, mais precisamente nos círculos da Emigração.

Sérgio Tavares informa sobre o processo em curso de digitalização dos cadernos eleitorais, sabendo-se que, por ora, 60% do seu total estão desmaterializados sendo que na Europa o processo estará concluído em 2024 e Fora da Europa em 2025. Releva também a importância de o Estado português ter uma rede digital segura. Além disso, questiona se a opção pelo voto postal será em regime fechado ou aberto e as dificuldades a enfrentar pelos cidadãos eleitores caso a que a primeira dessas opções for a aprovada.

Amadeu Batel (AB) diz ser importante abordar outras dimensões, que não as questões técnicas no futuro código eleitoral da reforma do sistema eleitoral. Importa saber se existe uma maturidade política em não só encontrar modalidades de voto para aumentar a participação cívica nos atos eleitorais, mas também a representatividade parlamentar. Os portugueses no estrangeiro querem participar ativamente num projeto societário em Portugal, que promova uma democracia plena e uma verdadeira coesão nacional. AB diz serem múltiplos os potenciais obstáculos às mudanças no sistema eleitoral e à oposição ainda existente nos partidos políticos e sociedade portuguesa em relação aos portugueses no estrangeiro assentes na incompreensão e no preconceito.

Em resposta às questões levantadas, Cláudia Ribeiro, assessora do presidente, assegurou o empenho da Presidência da República em estar atenta a toda esta problemática e, em particular, às preocupações manifestadas pelo CCP sobre a Reforma do sistema eleitoral, acompanhando todos os seus desenvolvimentos futuros.

14.H30 Reunião com a direção e Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal

Deputado Rodrigo Saraiva, líder do Grupo Parlamentar. Participou também Beatriz Aires.

Pedro Rupio saúda a representação da IL agradecendo por toda a atenção, compreensão e interesse dado às problemáticas das comunidades portuguesas, indo, na generalidade ao encontro das nossas propostas como, nos casos do português língua materna, do EPE e da Revisão da Lei do CCP. Relewa também as nossas preocupações face à carta do MAI, José Luís Carneiro, sobre a regra da presencialidade na Revisão da Lei eleitoral e a rejeição, pelo PS, do teste de voto eletrónico num país nas eleições do CCP.

O deputado Rodrigo Saraiva expõe, inicialmente, os pilares filosóficos e ideológicos da Iniciativa Liberal, no intuito de se perceber, que o Partido não sustenta a ideia da constituição de um Estado mínimo, onde o Estado não deve ter qualquer responsabilidade sobre políticas setoriais públicas. Ao contrário do que se pensa, nós liberais achamos que existem funções exclusivas do Estado que devemos assegurar. Ou seja, o Estado tem de estar, onde tem de estar! O cobertor do Estado não cobre tudo e devemos sim, combater a ditadura do Ministério das Finanças.

Dito isto, justifica a importância do Estado investir no ensino da língua e da cultura para as crianças e jovens lusodescendentes, na promoção de políticas culturais e sociais (associativismo) nas comunidades e na participação cívica e política dos portugueses no estrangeiro. Estas são áreas de soberania onde o Estado tem de estar!.

Sobre o Grupo de Trabalho que se irá constituir na AR para tratar da revisão da Lei eleitoral, sinaliza a posição do seu partido em harmonizar, num diálogo aberto com todas as forças partidárias, medidas que possam ir ao encontro de propostas facilitadoras da participação política (modalidades de voto) como representatividade parlamentar (número de deputados pelos círculos da Emigração).

No que respeita ao teste piloto de voto eletrónico num país para as eleições do CCP, opina que a realizar-se, devia ser em dois países para existirem termos comparativos.

No mais manifesta que a IL está alinhada com a maioria das propostas expressas pelo CCP em matéria de Revisão da Lei do CCP.

O secretário Amadeu Batel manifestou a necessidade de haver vontade política no sentido que o cobertor do Estado também cubra as comunidades portuguesas,

O presidente renova os agradecimentos ao líder do Grupo parlamentar da IL pela sua disponibilidade em estar presente nesta nossa reunião anual.

15H30 Eleição da Mesa Diretora do CRCPE

O presidente Pedro Rupio anunciou que os atuais membros da Mesa Diretora não se recandidatam para um novo mandato, havendo necessidade de se encontrar uma solução para

renovação da Mesa Diretora. Os conselheiros Alfredo Stoffel e Sérgio Tavares manifestaram a sua disponibilidade para assumirem os cargos de presidente e secretário do CRCPE. Em seguida **foi aprovada, por unanimidade, a eleição dos Conselheiros Alfredo Stoffel e Sérgio Tavares para os cargos de Presidente e Secretário do Conselho Regional da Europa para um mandato de um ano.**

16H00 Sessão de encerramento

Carlota Veiga (Observatório da Emigração), Carlos Fernandes (eleito pelo PSD à Assembleia Legislativa da Madeira), e Ana Cristina Monteiro (eleita pelo CDS Madeira à Assembleia Legislativa da Madeira).

Pedro Rupio saúda os convidados pela sua presença e disponibilidade em intervir num debate sobre temas atinentes às Comunidades Portuguesas .

Carlota Veiga começa por se referir ao Relatório da Emigração de 2022, abordando em seguida, alguma investigação sobre a “Emigração portuguesa”, nomeadamente, uma dissertação de mestrado em França, sobre o “Movimento Associativo Português e o papel das associações”. Destaca o facto da falta de investigação científica nesta área. Informa sobre um Relatório com base num capítulo de um livro que versa a Emigração portuguesa “Onde estão?: saídas e remessas”. Anuncia a saída de um Livro que trata de um estudo comparativo sobre as políticas de 12 (doze) países para as suas diásporas , onde se estudam 9 (nove) dimensões com o objetivo de se poderem distinguir e definir o que são as boas práticas para a emigração portuguesa?, Salienta ainda a predominância masculina, em idade ativa das nossas mais recentes migrações, tendo como destinos preferenciais a Escandinávia e o Benelux. Releva ainda que a nossa “emigração” no Brasil está envelhecida, ao contrário do Reino Unido, que é muito jovem e masculina.

A deputada Ana Cristina Monteiro sobreleva na sua intervenção o seu empenho em áreas relativas à preservação das línguas, culturas e identidade portuguesas sobretudo entre as 2.a e 3.a gerações de lusodescendentes. Realça as enormes dificuldades na transmissão do legado geracional de uma língua e cultura devido a múltiplos obstáculos de natureza política e também conceitual.

O deputado Carlos Fernandes salienta também na sua exposição idênticos problemas enunciados por Ana Cristina Monteiro, sobretudo o relacionamento entre os luso-venezuelanos de origem regressados à Madeira e os luso-venezuelanos na Venezuela. Considera importante haver uma maior atenção e empenho por parte dos governos nacional e da Região Autónoma na defesa de políticas que melhor defendam, não só o legado intergeracional, mas também os direitos de reinserção efetiva e plena na sociedade madeirense/portuguesa.

Domingos Pereira interroga Carla Veiga sobre o estudo a ser elaborado pelo Observatório da Emigração por encomenda do Governo : O Plano Estratégico. A este respeito, Amadeu Batel também questiona a investigadora sobre quais as premissas, perspetivas e fundamentos teóricos no estudo comparado - que servirá de base ao Plano Estratégico-, sobretudo no que se refere às Boas Práticas em políticas diáspóricas. Em resposta a Ana Cristina Monteiro, diz que a questão fundamental de carácter conceitual para as organizações de lusodescendentes de 2.a geração, ser : Quem nos define? Nós ou os Outros?. Existem organizações de lusodescendentes na diáspora que assumem várias designações sobre a sua identidade.

Carlota Veiga do Observatório da Emigração afirma que, no momento, não pode adiantar informação concreta sobre quando o Plano será entregue ao Governo.

O Presidente Pedro Rupio dá por encerrado os trabalhos da sétima reunião ordinária do CRCPE, agradecendo a participação de todas as conselheiras e conselheiros, representações partidárias e, muito especialmente, a Ana Cristina Ribeiro e Elvira Barata, pelo esforço inexcedível, responsável pelo bom êxito da Reunião. Endereçou também votos de maior sucesso a Alfredo Stoffel e Sérgio Tavares na prossecução dos objetivos do CRCPE durante o tempo do seu mandato.

Estocolmo e Bruxelas, aos 25 de abril de 2023

Amadeu Batel

Secretário

Pedro Rupio

Presidente